

**DISCLOSURE VOLUNTÁRIO DE EMPRESAS DO SEGMENTO DO AGRONEGÓCIO
LISTADAS NA BMF&BOVESPA: UMA ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

WESLEI MAIQUE OLIVEIRA LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

ROSAMARIA C. MOURA-LEITE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

DISCLOSURE VOLUNTÁRIO DE EMPRESAS DO SEGMENTO DO AGRONEGÓCIO LISTADAS NA BMF&BOVESPA: UMA ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. INTRODUÇÃO

Em resposta as crises mundiais, nas últimas décadas, as relações das organizações com seus stakeholders estão mudando. A prática de gestão de negócios sempre esteve ligada à benefícios econômicos para seus acionistas, mas ao decorrer do tempo surgiram novas preocupações que afetam diretamente o funcionamento das empresas, como demanda dos funcionários, órgão reguladores de ações ambientais e sociais, melhoras na qualidade de trabalho, defesa dos direitos humanos, produção responsável, comportamentos éticos, entre outras novas questões que influenciam no funcionamento da empresa (CASTILLO-MUÑOZ; RIPOLL; URQUIDI, 2017)

Com novas preocupações, as empresas precisaram tomar atitudes para se manterem competitivas no mercado. As práticas de Responsabilidade Social Empresarial – RSE estão ligadas aos valores éticos e morais referente à tomada de decisões na empresa, diretamente relacionada a questões complexas, como proteção ambiental, gestão de recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, relação com as comunidades e relações com os fornecedores e consumidores (BRANCO; RODRIGUES, 2006).

Uma questão muito importante antes das empresas desenvolverem suas práticas de RSE, é conhecer as especificidades do setor industrial que está inserida e os motivos que levaram à pratica-la (CUGANESAN; GUTHRIE; WARD, 2010). Branco e Rodrigues (2008) apontam dois motivos para empresas realizarem práticas de RSE, o primeiro motivo está relacionado a busca por um bom relacionamento com seus stakeholders na esperança de uma melhora no retorno financeiro e na valorização de ativos intangíveis que irão fornecer uma forte vantagem competitiva para empresa, o segundo motivo é a construção de práticas de RSE para serem utilizadas no disclosure voluntário das empresas com o objetivo de aumentar sua legitimidade.

As práticas RSE podem ser realizadas por qualquer tipo empresa do mercado, independentemente de seu setor, porém o agronegócio, setor qual será o foco deste trabalho, está ligado a questões ambientais, de saúde e segurança alimentar, que são fatores críticos e que geram muitas discussões em torno do setor. Por esse motivo, o agronegócio sempre esteve sob um maior controle governamental, este controle é motivado pela necessidade impor limites a degradação ambiental causada, já que grande parte das preocupações estão relacionadas com a intensificação da agricultura e o tratamento irresponsável dos solos que surgiram com a expansão do agronegócio (POETZ; HAAS; BALZAROVA, 2012).

O agronegócio tem sido alvo de muitos julgamentos, as percepções dos consumidores e de outras partes relacionadas são extremamente críticas e conscientes dos riscos (HADDOCK, 2005). Esta visão dos consumidores relacionada a produção alimentar e a realidade agrícola podem gerar problemas com a legitimidade do setor, esse descontentamento com o agronegócio acabou o colocando no centro de debates sociais (HEYDER; THEUVSEN, 2012).

Devido esses fatores críticos relacionados a saúde e o meio ambiente, a cadeia produtiva de alimentos é a cadeia mais debatida dentro do agronegócio, as principais discussões estão ligadas aos produtores de pesticidas e fertilizantes que são acusados de contaminar o meio ambiente, empresas de sementes são criticadas pelo seu engajamento na engenharia genética e

indústrias de alimentos e bebidas são culpadas pela obesidade, abuso do álcool e outras questões relacionadas com a saúde (HEYDER; THEUVSEN, 2012).

O Disclosure Socioambiental - DSA são informações divulgadas em relatórios ou websites das empresas que constam dados não obrigatórios e, geralmente, compostos de práticas de RSE, mas podem ser informações negativas referentes aos impactos causados pela empresa (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2004). A Teoria da Legitimidade indica que as práticas de DSA podem melhorar a percepção dos agentes internos e externos em relação à imagem da organização, a teoria ainda sugere que empresas com pior desempenho ambiental devem realizar maior DSA de suas práticas de RSE (CHO; PATTEN, 2007).

Para serem usadas de modo estratégico pelas empresas, as práticas de RSE devem ser transmitidas ao seus stakeholders de forma clara e com qualidade. Dhaliwal et al. (2011) examinaram os benefícios associados ao DSA em busca de uma redução no custo de capital das empresas e foi constatado que as empresas passavam a realizar o DSA para reduzir o seu custo de capital, isso deixou evidente que o foco das empresas não está nas práticas de RSE, mas sim nos ganhos que essas práticas podem proporcionar para elas.

A complexidade e sensibilidade do agronegócio em relação aos seus stakeholders pode estar relacionada a fatores característicos do setor, já que questões relacionadas à sustentabilidade no setor estão sempre em destaque nas pautas de discussões globais, assim surgem muitas implicações negativas e a pressão social está se voltando para que haja uma melhora na sustentabilidade da indústria (INGENBLEEK; DENTONI, 2016).

Luhmann e Theuvsen (2016) realizaram uma busca do estado da arte da RSE no agronegócio. A partir de seus resultados, os autores concluíram que a RSE no agronegócio é complexa e sensível as relações da empresa com seus *stakeholders*, e mesmo que uma definição exata de RSE seja necessária, é impossível, já que é um conceito flexível ligado a vários fatores variáveis. Os autores sugerem análises exploratórias para evidenciar os aspectos específicos da RSE no agronegócio.

O agronegócio se mostra muito importante para a estabilidade da economia do Brasil, enquanto o produto interno bruto do país caiu 3,6% em 2016, o agronegócio teve um crescimento de 4,5% no mesmo ano, somente as 400 maiores empresas do agronegócio brasileiro obtiveram juntas 220 bilhões de dólares de receita, isso representou 8% a mais que o ano anterior (EXAME, 2017).

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

A maioria das pesquisas no Brasil sobre DSA abordam de forma generalizada as empresas de capital aberto, sendo o critério de seleção o tamanho ou rendimento das empresas, poucos trabalhos analisaram o setor, como no caso do trabalho de Rodríguez e Macagnan (2016) que estudaram o setor bancário, ou uma característica específica da empresa, como o trabalho de Gomes *et al.* (2015) que analisou empresas pertencentes ao grupo Bric, de forma mais específica e aprofundada. Mesmo que grande parcela dos estudos sobre DSA adote empresas de capital aberto listadas na BMF&Bovespa, nenhum dos estudos abordaram o agronegócio e realizaram uma análise específica de seus segmentos. Buscando abordar segmentos específicos de forma isolada, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais são as características dos relatórios de sustentabilidade das empresas dos segmentos do agronegócio listadas na BMF&Bovespa?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise descritiva dos relatórios de sustentabilidade das empresas dos segmentos do agronegócio listadas na BMF&Bovespa.

Os objetivos específicos que orientaram a descrição dos relatórios de sustentabilidade, foram: a) Abordar as principais características dos relatórios de sustentabilidade; b) Apresentar os índices de contemplação de indicadores socioambientais por empresa; e c) Apresentar os índices de contemplação de indicadores socioambientais por segmento do agronegócio.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta etapa do trabalho será apresentada a fundamentação teórica do trabalho, que está organizada da seguinte forma: primeiramente será abordado o DSA, e em seguida os modelos de estrutura de relatórios, dando ênfase para o Relatório Integrado e o *Global Reporting Initiative – GRI*.

3.1. Disclosure socioambiental

O DSA tem crescido consideravelmente nos últimos 20 anos, ele abrange tanto a divulgação voluntária quanto a obrigatória de informações que são importantes para as empresas e para seus *stakeholders*, indo além de questões econômicas (GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; JENKINS; YAKOVLEVA, 2006). A divulgação ambiental refere-se as questões relacionadas ao meio ambiente, proteção ambiental e aos seus recursos, e a divulgação social refere-se as questões de interações de uma empresa e a sociedade em geral (JENKINS; YAKOVLEVA, 2006).

Inicialmente, as práticas de DSA eram criticadas por sua falta de relevância e de credibilidade, também era vista como incapaz de impactar no desenvolvimento sustentável (MICHELON; PILONATO; RICCERI, 2015). Atualmente, empresas, principalmente as de grande porte, investem tempo e dinheiro para realizar o DSA (GAMERSCHLAG; MÖLLER; VERBEETEN, 2011). Jenkins e Yakovleva (2006) apresentam vários papéis do DSA, como avaliar os impactos sociais e ambientais das atividades corporativas; medir a eficácia dos programas sociais e ambientais corporativos; relatar as responsabilidades sociais e ambientais corporativas; e sistemas de informação externos e internos permitindo a avaliação abrangente de todos os recursos corporativos e impactos de sustentabilidade.

Deegan (2002) em seu estudo encontrou uma grande quantidade de pesquisas com o tema de DSA, em particular após a década de 1990, a maioria das práticas de divulgações de relatórios sociais e ambientais eram de forma voluntária e a maior motivação dessas práticas era a busca por legitimação. Outro estudo realizado por Cormier e Gordon (2001) com três empresas de fornecimento de energia elétrica, duas empresas públicas e uma privada, os resultados mostraram duas evidências, a primeira é que empresas públicas realizam mais DSA do que as empresas privadas, o segundo ponto é que a quantidade de DSA está relacionado com o tamanho das empresas, quanto maior, mais informações são divulgadas.

Por não ser obrigatório o DSA, críticos argumentam que as empresas acabam usando o *disclosure* como forma de aprimoramento de imagem ao invés de aumentar a responsabilização (PATTEN; ZHAO, 2014). Muitas vezes usado como um sistema de auto apresentação, o *disclosure* voluntário ligado à RSE, geralmente, apresentam vários pontos positivos para a organização e poucos pontos negativos, quando apresentados, projetando uma imagem favorável para empresa (HOOGHIEMSTRA, 2000).

Portanto, é comum que empresas com maior impacto socioambiental realizem mais práticas de DSA com o objetivo de melhorar sua legitimidade, mas é importante ressaltar que não existe uma relação pré-estipulada de quais informações são relevantes para serem divulgadas, cada setor industrial terá suas próprias características, levando em consideração os

impactos causados, para quem será direcionada essas informações e qual o objetivo da prática de DSA (CUGANESAN, GUTHRIE, WARD, 2010).

Uma parcela do DSA realizado pelas empresas é por meio de relatórios, sendo eles integrados ou não, neles são descrevidas informações que julgam as empresas serem importantes vir a público (COOKE, 1989), como uma forma de auxílio, existem modelos de relatórios que orientam as empresas para considerar em seus relatórios pontos específicos. O modelo mais disseminado no mundo, atualmente, é o modelo criado pela *Global Reporting Initiative* (GRI), neste modelo são fornecidas diretrizes para os relatórios de sustentabilidade das empresas, estas diretrizes são publicadas em várias línguas para facilitar o acesso de empresas de vários países (GRI, 2015). Empresas que optarem por não utilizar as diretrizes disponibilizadas pelo GRI, mas ainda assim querem seguir um modelo estruturado de relatório, no Brasil existem outras alternativas, alguns exemplos são o Balanço Social – IBASE, criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas com o objetivo de tornarem públicas as práticas de responsabilidade social empresarial das empresas (IBASE, 2018), outra alternativa é a resolução nº 1.003/04 criada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC que estabelece procedimentos para divulgação de informações ligadas a questões socioambientais (CFC, 2004).

3.2. Relato Integrado (RI)

O modelo de Relato Integrado (RI) foi criado em 2010 pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), este conselho é formado por um grupo global de reguladores, investidores, empresas, normatizadores, profissionais de contabilidade e ONGs, que elaboraram o RI como uma forma de modificar os demonstrativos das empresas destinados aos *stakeholders* da organização (IIRC, 2018). O modelo gira em torno da geração da valor da empresa, trazendo conceitos modelos de negócios e criação de valor, se tornando uma ferramenta de comunicação corporativa (IIRC, 2018).

O principal objetivo do RI é promover uma abordagem mais eficiente no processo de elaboração de relatórios, visando explicar para os provedores de capital como uma empresa está gerando valor ao decorrer do tempo, mas além disso, o RI pode ser estruturado para atender exigências de órgão reguladores (IIRC, 2018).

O RI não é elaborado com base em indicadores de desempenho, dessa forma pode ser trabalhado em conjunto com modelos de diretrizes, como GRI, Balanço Social e Resolução nº 1.003/04 do CFC, que são baseadas em indicadores de desempenho específicos, a abordagem do RI é baseada em princípios, e exige apenas um pequeno número de exigências para que se possa ser considerado em conformidade com a estrutura do RI (IIRC, 2018).

Basicamente, o um RI deve estar estruturado sobre seis capitais da empresa: Capital financeiro, relacionado aos recursos de produção de bens ou serviços da organização; Capital humano, ligado as competências, habilidades, experiências e motivações das pessoas; Capital intelectual, são os ativos intangíveis da empresa, como patentes, licenças, propriedade intelectual, etc.; Capital manufaturado, são os objetos físicos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços da organização; Capital natural, são recursos renováveis e não renováveis utilizados pela empresa, como água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e saúde do ecossistema; e Capital social e de relacionamento, que é o relacionamento da empresa com seus *stakeholders* com objetivo de melhorar o bem-estar individual e coletivo (IIRC, 2018).

3.3. Relatórios GRI

É possível avaliar o *disclosure* voluntário medindo a quantidade e a qualidade e detalhes de informações não obrigatórias contidos nos relatórios das empresas (ENG; MAK, 2003). A *Global Reporting Initiative (GRI)* é a estrutura para *disclosure* voluntário mais conhecida no mundo, desde sua criação em 1999, a aceitação, visibilidade e prestígio só tem aumentado (BROWN; JONG; LEVY, 2009).

As diretrizes da GRI abrangem todos os aspectos de Responsabilidade Social Empresarial – RSE, são considerados os aspectos econômicos, ambientais e sociais (GAMERSCHLAG, MÖLLER E VERBEETEN, 2011). Os relatórios no padrão GRI são formados por vários indicadores que são uma forma de se mensurar de forma padronizada essas informações, eles são constituídos por sete itens: econômico, ambiental, social, práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade do produto (LAKSMI; KAMILA, 2018).

Os autores Oliveira *et al.* (2014) buscaram apresentar nível de adesão e o volume de publicações dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras conforme as diretrizes da GRI entre 2000 e 2008, foi realizada uma comparação mundial e o Brasil ficou em 3º lugar nas publicações de relatórios em 2008, conseguiram identificar que o setor bancário aderiu mais rapidamente as diretrizes do GRI dentre todos os setores analisados, outro fator identificado foi a forte relação entre a empresa estar listada no novo mercado e na composição o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na BMF&Bovespa e a publicação de relatórios no modelo GRI.

Bhatia e Tuli (2017) analisaram as práticas de *disclosure* voluntário na economia brasileira, sua amostra foi composta de 39 empresas da que compunham o Índice Bovespa e publicaram relatórios nas diretrizes do GRI no período de 2006-2007 a 2010-2011. Os autores constataram que 68,35% das empresas realizam práticas de *disclosure* voluntário, em uma comparação por setor, o setor de papel e celulose apresenta a maior pontuação entre setores, 87,97%. Os resultados apontam que apesar do relato de informações ser voluntário no Brasil, o país está progredindo nas questões de *disclosure*.

Já os pesquisadores Mascena, Fischmann e Boaventura (2018) utilizaram relatórios de empresas brasileiras na estrutura do GRI com o objetivo de analisar a existência de alguma ligação entre as informações divulgadas e a priorização de determinados *stakeholders*, levando em consideração o setor econômico da empresa, para isso na análise foram utilizados os indicadores que tinham associação com *stakeholders* internos e externos. Os resultados evidenciaram que os *stakeholders* internos tem maior nível de atenção aos seus interesses, mas isso é afetado pelas características das empresas, por exemplo empresas que possuem sindicatos mais fortes e maior dependência de tecnologia e competências específica.

O GRI está na sua quarta geração, e a mesma é constituída por 91 indicadores divididos em econômicos, ambientais e sociais. A categoria econômica abrange 9 indicadores divididos em quatro aspectos, sendo desempenho econômico (4), presença no mercado (2), impactos econômicos indiretos (2) e práticas de compra (1) (GRI, 2015).

A categoria ambiental é formada um total de 34 indicadores que são compostos por aspectos materiais (7), da água (3), de biodiversidade (4), de emissões (7), de efluentes e resíduos (5), de produtos e serviços (2), de conformidade (1), de transportes (1), gerais (1), de avaliação ambiental de fornecedores (2), e de mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais (1) (GRI, 2015).

A categoria social é formada por um total de 48 indicadores que são divididos em 4 subcategorias, compostas por: a) Práticas trabalhistas e trabalho decente (16), esta subcategoria

é formada pelos aspectos de emprego (3), de relações trabalhistas (1), de saúde e segurança no trabalho (8), de igualdade de remuneração entre mulheres e homens (1), da avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas (2), e de mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas (1); b) Direitos humanos (12), esta subcategoria é formada pelos aspectos de investimentos (2), da não discriminação (1), da liberdade de associação e negociação coletiva (1), de trabalho infantil (1), de trabalho forçado ou análogo ao escravo (1), de práticas de segurança (1), de direitos dos povos indígenas e tradicionais (1), de avaliação (1), de avaliação de fornecedores em direitos humanos (2), e de mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos (1); c) Sociedade (11), esta subcategoria é formada pelos aspectos de comunidades locais (2), de combate à corrupção (3), de políticas públicas (1), de concorrência desleal (1), de conformidade (1), de avaliação de fornecedores em impactos na sociedade (2), e de mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade (1); e d) Responsabilidade do produto (9), esta subcategoria é formada pelos aspectos saúde e segurança do cliente (2), de rotulagem de produtos e serviços (3), de comunicações de marketing (2), de privacidade do cliente (1), e de conformidade (1) (GRI, 2015).

4. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza básica que tem como objetivo gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, com uma abordagem qualitativa com características quantitativas, tendo um objetivo descritivo, busca apresentar características de determinado fenômeno (RICHARDSON, 2012). Os procedimentos técnicos seguem as características da pesquisa documental, sendo elaborada a partir de documentos de órgão públicos e privados, neste caso os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas (RICHARDSON, 2012).

Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa definiu-se que a amostra seria compreendida pelas empresas do segmento do agronegócio que estão listadas na BMF&Bovespa, e que tenham publicado ao menos um relatório de sustentabilidade. A coleta de dados foi realizada durante o mês de junho de 2018. Foi realizada uma busca por relatórios de sustentabilidade dentro dos websites das empresas e considerado o relatório mais recente publicado pela empresa.

A amostra inicial de empresas era composta por 51 empresas que compunham os segmentos do agronegócio e estavam listadas na BMF&Bovespa, porém somente 15 destas empresas publicaram relatórios de sustentabilidade e foram consideradas neste estudo, todos os relatórios encontrados seguiam as diretrizes da quarta versão da GRI. A amostra final de empresas foi organizada na Tabela I, onde foram apresentados o seus segmentos, razão social e nome de pregão.

Tabela I – Empresas com relatórios de sustentabilidade

Segmento	Razão Social	Nome de Pregão
Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	ELECTRO ACO ALTONA S.A.	ACO ALTONA
Agricultura	BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS	BRASILAGRO
Açúcar e Alcool	BIOSEV S.A.	BIOSEV
	SAO MARTINHO S.A.	SAO MARTINHO
Alimentos Diversos	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	M.DIASBRANCO
Carnes e Derivados	BRF S.A.	BRF SA
	JBS S.A.	JBS

	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	MARFRIG
	MINERVA S.A.	MINERVA
Cervejas e Refrigerantes	AMBEV S.A.	AMBEV S/A
Madeira	DURATEX S.A.	DURATEX
Papel e Celulose	FIBRIA CELULOSE S.A.	FIBRIA
	KLABIN S.A.	KLABIN S/A
	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	SUZANO PAPEL
Fertilizantes e Defensivos	FERTILIZANTES HERINGER S.A.	FER HERINGER

Fonte: Organizado pelos autores.

Foi realizada uma análise descritiva dos relatórios de sustentabilidade das empresas dos segmentos do agronegócio listadas na BMF&Bovespa. No próximo tópico serão apresentadas as principais características dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas, a percentagem de contemplação dos indicadores do GRI por empresa e a percentagem de contemplação por segmentos do agronegócio.

A análise foi feita adotando dos indicadores da GRI, os dados foram divididos, seguindo as instruções das diretrizes do próprio GRI, em indicadores Econômicos (ECO), indicadores Ambientais (ENV) e indicadores Sociais (SOC) que é dividido em quatro subcategorias: Práticas trabalhistas e trabalho decente (LA), Direitos humanos (HR), Sociedade (SO) e Responsabilidade pelo produto (PR). Para a categoria Social foi calculada a média (MÉDIA SOC) entre as quatro subcategorias que a compõe. Por fim, foi calculada uma percentagem geral (MÉDIA TOTAL) composta pela média entre as três categorias para cada empresa. Cada indicador será classificado como uma variável *dummy* (0 ou 1), em que 1 será atribuído quando a empresa apresentar alguma informação relacionada diretamente ao indicador e 0 quando a empresa não apresentar informações relacionadas ao indicador analisado.

5. ANÁLISES E RESULTADOS

As principais características dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas foram organizadas na Tabela II. Foram destacados o ano de publicação do último relatório, se o relatório segue os padrões de RI, se a elaboração do relatório foi realizada por consultoria de terceiros e se relatório final passou por auditoria externa.

Tabela II – Características principais dos Relatórios de Sustentabilidade

Razão Social	Ano de Publicação	Relatório Integrado	Auditoria	Consultoria em Sustentabilidade
ELECTRO ACO ALTONA S.A.	2015/2016	N	N	N
BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS	2017	N	N	S
BIOSEV S.A.	2016/2017	N	S	S
SAO MARTINHO S.A.	2016/2017	N	N	S
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	2017	S	S	S
BRF S.A.	2016	S	N	S
JBS S.A.	2017	N	N	S
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	2016	N	N	S
MINERVA S.A.	2017	N	S	S
AMBEV S.A.	2016	N	S	S
DURATEX S.A.	2017	S	S	S
FIBRIA CELULOSE S.A.	2017	N	S	S
KLABIN S.A.	2016	N	S	S

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	2016	S	N	S
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	2016	N	N	S

Fonte: Organizado pelos autores.

Apenas quatro, das quinze empresas, elaboraram seus relatórios seguindo os padrões da IIRC, a maioria buscou atender apenas as diretrizes já estabelecidas pela GRI. A busca por atender as diretrizes da GRI fica evidente, já que a maioria das empresas também optaram por contratarem empresas de consultoria especializadas na elaboração de relatórios de sustentabilidade, dessa forma reduz a possíveis falhas na estrutura do relatório de sustentabilidade.

Além de elaborarem seus relatórios na estrutura sugerida pelo GRI com ajuda de consultorias externas, algumas empresas submetem seus relatórios finais a auditorias externas. Algumas empresas como a Ambev e Duratex submeteram seus relatórios para verificação de uma das quatro mais renomadas auditoras do mundo e pertence ao grupo chamado Big4, a KPMG, assim como a Biosev, auditada pela Deloitte que também pertence ao seletor grupo Big4 (MURCIA; SANTOS, 2009; ALMEIDA; SANTOS, 2014), já o relatório da empresa M.Dias Branco foi auditada pela PricewaterhouseCoopers, o relatório da empresa Minerva foi auditado pela Grant Thornton Brasil Ltda., o relatório da empresa Fibria foi auditado pela Bureau VeritasCertification – Brasil e o relatório da empresa Klabin foi auditado pela BSD Consulting.

A porcentagem de contemplação dos indicadores do GRI pelas empresas pode ser observada na Tabela III. Nota-se que existe uma grande variação das porcentagens em cada das categorias, porém nenhuma empresa deixou de mencionar informações dentro de cada uma das categorias, no entanto dentro da categoria social, algumas empresas deixaram de informar atividades relacionadas aos indicadores de alguma subcategoria, como exemplo a subcategoria de Direitos humanos (HR) em que quatro empresas não foi menciona. A categoria econômica foi a com maior contemplação dos indicadores na média geral das empresas com, aproximadamente, 49% dos indicadores atendidos, seguida pela categoria ambiental com, aproximadamente, 42% dos indicadores atendidos e, por último, a categoria social com, aproximadamente, 34% dos indicadores atendidos.

Tabela III – Porcentagem de contemplação dos indicadores do GRI pelas empresas.

Razão Social	ECO	ENV	SOC					MÉDIA SOC	MÉDIA TOTAL
			LA	HR	SO	PR			
ELECTRO ACO ALTONA S.A.	55,56%	29,41%	37,50%	0,00%	9,09%	44,44%	22,76%	35,91%	
BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS	77,78%	8,82%	43,75%	0,00%	18,18%	22,22%	21,04%	35,88%	
BIOSEV S.A.	33,33%	44,12%	62,50%	41,67%	27,27%	33,33%	41,19%	39,55%	
SAO MARTINHO S.A.	55,56%	23,53%	18,75%	16,67%	72,73%	0,00%	27,04%	35,38%	
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	22,22%	26,47%	31,25%	8,33%	18,18%	33,33%	22,77%	23,82%	
BRF S.A.	77,78%	82,35%	68,75%	41,67%	90,91%	66,67%	67,00%	75,71%	
JBS S.A.	11,11%	41,18%	18,75%	25,00%	0,00%	11,11%	13,72%	22,00%	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	22,22%	35,29%	25,00%	50,00%	36,36%	11,11%	30,62%	29,38%	

MINERVA S.A.	44,44%	26,47%	43,75%	66,67%	36,36%	22,22%	42,25%	37,72%
AMBEV S.A.	11,11%	20,59%	31,25%	0,00%	36,36%	55,56%	30,79%	20,83%
DURATEX S.A.	33,33%	47,06%	0,00%	33,33%	27,27%	11,11%	17,93%	32,77%
FIBRIA CELULOSE S.A.	100,00%	85,29%	81,25%	58,33%	81,82%	72,22%	73,41%	86,23%
KLABIN S.A.	100,00%	67,65%	43,75%	66,67%	45,45%	11,11%	41,75%	69,80%
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	55,56%	67,65%	75,00%	50,00%	27,27%	0,00%	38,07%	53,76%
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	33,33%	20,59%	25,00%	0,00%	18,18%	44,44%	21,91%	25,28%
MÉDIA DA CATEGORIA	48,89%	41,76%	40,42%	30,56%	36,36%	29,26%	34,15%	41,60%

Fonte: Organizado pelos autores.

Três empresas se destacaram na porcentagem de relato dos indicadores do GRI, as empresas Fibria, BRF e Klabin apresentaram, aproximadamente, 86%, 76% e 70% respectivamente de indicadores abordados em seus relatórios de sustentabilidade. Quatro empresas apresentaram os piores índices de abordagem dos indicadores, aproximadamente as porcentagens são: Ambev (21%), JBS (22%), M.Dias Branco (24%) e Fertilizantes Heringer (25%).

Para tentar identificar diferenças entre segmentos, foi calculada a média da porcentagem de aplicação dos indicadores do GRI das empresas que compunham o segmento em questão, segmentos que continham apenas uma empresa, foram consideradas as porcentagens dessa empresa, os valores podem ser observados na Tabela IV a seguir:

Tabela IV - Porcentagem de contemplação dos indicadores do GRI pelos segmentos.

Segmento	ECO	ENV	SOC					MÉDIA SOC	MÉDIA TOTAL
			LA	HR	SO	PR			
Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	55,56%	29,41%	37,50%	0,00%	9,09%	44,44%	22,76%	35,91%	
Agricultura	77,78%	8,82%	43,75%	0,00%	18,18%	22,22%	21,04%	35,88%	
Açúcar e Alcool	44,45%	33,83%	40,63%	29,17%	50,00%	16,67%	34,12%	37,46%	
Alimentos Diversos	22,22%	26,47%	31,25%	8,33%	18,18%	33,33%	22,77%	23,82%	
Carnes e Derivados	38,89%	46,32%	39,06%	45,84%	40,91%	27,78%	38,40%	41,20%	
Cervejas e Refrigerantes	11,11%	20,59%	31,25%	0,00%	36,36%	55,56%	30,79%	20,83%	
Madeira	33,33%	47,06%	0,00%	33,33%	27,27%	11,11%	17,93%	32,77%	
Papel e Celulose	85,19%	73,53%	66,67%	58,33%	51,51%	27,78%	51,08%	69,93%	
Fertilizantes e Defensivos	33,33%	20,59%	25,00%	0,00%	18,18%	44,44%	21,91%	25,28%	
MÉDIA DA CATEGORIA	44,65%	34,07%	35,01%	19,44%	29,96%	31,48%	28,98%	35,90%	

Fonte: Organizado pelos autores.

A comparação entre os segmentos deixa evidente o destaque do segmento de papel e celulose na média total de atendimento aos indicadores do GRI com, aproximadamente, 70% dos mesmos, seguindo o que foi encontrado em Bhatia e Tuli (2017). Os segmentos de

Alimentos Diversos, Cervejas e Refrigerantes e Fertilizantes de ofensivos apresentaram os menores índices de atendimento do GRI ficando abaixo dos 25%, e, exceto o segmento de Papel e Celulose, os demais segmentos ficaram entre 32% e 41% de atendimento total dos indicadores do GRI. Assim como verificado nas porcentagens individuais das empresas, as médias aproximadas das categorias econômica, ambiental e social são, respectivamente 45%, 34% e 29%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os segmentos do agronegócio estão sempre em destaque nas discussões mundiais relacionadas a saúde e meio ambiente, portanto existe um maior direcionamento de questões socioambientais para os segmentos que o compõe. Realizar o DSA é uma prática realizada por empresas do mundo todo para mostrarem quais as providencias estão sendo tomadas para solucionar ou amenizar os impactos socioambientais causados por essas empresas.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi apresentar as principais características dos relatórios de sustentabilidade nos padrões do GRI e principais informações abordadas, assim foi possível criar um panorama inicial de como está sendo realizado o DSA das empresas que compõem os segmentos do agronegócio brasileiro.

A primeira questão que se nota é que, mesmo com as pautas frequentes de impactos socioambientais causados por empresas do segmento do agronegócio, somente uma pequena parcela das empresas possuem um relatório de sustentabilidade nos padrões do GRI, ainda sendo empresas de capital aberto e atraíam uma maior atenção de vários *stakeholders*, apenas 15 empresas dentre as 51 publicaram relatórios de sustentabilidade.

Foi possível observar que a maioria das empresas que disponibilizam relatórios, publicaram relatórios atualizados de suas práticas socioambientais e buscaram seguir todas as diretrizes propostas pela GRI, contratando empresas especializadas em elaboração de relatórios, aparentemente para realizarem a prática de DSA com maior qualidade e dentro dos padrões mundiais, porém menos da metade das empresas submetem seus relatórios de sustentabilidade a auditoria externa.

Analisando os indicadores da GRI, se pode observar que poucas empresas contemplam uma grande porcentagem de indicadores, apenas três empresas se destacaram (Fibria, BRF e Klabin) e o segmento, Papel e Celulose, se tornou o segmento com maior porcentagem, pois duas das três empresas deste segmento estavam entre as três empresas com maiores índices, Fibria e Klabin.

Existe uma grande variabilidade de porcentagens entre as categorias, mesmo comparando por empresas ou por segmentos, mas na média geral ficou evidente que a categoria mais relatada é a categoria econômica, seguida pela categoria ambiental e, por fim, a categoria social. Mesmo que nenhuma empresa tenha ficado com 0% em alguma categoria, a porcentagem geral dos indicadores da GRI atendidos pelas empresas ficou em torno de 42%, quando vista a média geral por segmentos, a porcentagem cai para, aproximadamente, 36%. Essa queda na média geral por segmentos ocorreu porque empresas únicas em seus segmentos obtiveram médias baixas, enquanto as empresas com maiores médias pertencem à segmentos melhor representados no presente estudo.

Para pesquisa futuras, deveria buscar-se outra forma de medir o DSA das empresas que compõem os segmentos do agronegócio, que permita observar com mais clareza a variabilidade do DSA nos segmentos, o que permitirá observar melhor a variabilidade do DAS entre os segmentos. Outra sugestão para pesquisas futuras, seria a análise da qualidade das informações

divulgadas nos relatórios de sustentabilidade, evitando situações que empresas mencionam brevemente questões relacionadas ao indicador e acabam divulgando informações não tão importantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A.; SANTOS, J. F. DOS. Disclosure voluntário de responsabilidade social corporativa das empresas listadas na bm,fbovespa. **Revista de Gestao Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 69–88, 2014.

BHATIA, A.; TULI, S. Sustainability Reporting under G3 Guidelines: A Study on Constituents of Bovespa Index. **Vision**, v. 21, n. 2, p. 204–213, 2017.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Corporate Social Responsibility and Resource-Based Perspectives. **Journal of Business Ethics**, p. 111–132, 2006.

_____. Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. **Journal of Business Ethics**, v. 83, n. 4, p. 685–701, 2008.

BROWN, H. S.; JONG, M. DE; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, n. 6, p. 571–580, 2009.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What Determines Corporate Transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 207–252, 2004.

CASTILLO-MUÑOZ, C. A.; RIPOLL, V.; URQUIDI, A. Revelaciones voluntarias sobre Responsabilidad Social Corporativa (RSC): Un análisis bibliométrico y sistémico. **Espacios**, v. 38, n. 26, p. 15–29, 2017.

CFC, C. F. DE C. Resolução CFC nº 1.003/04 – NBC T15. 2004.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7, p. 639–647, 2007.

COOKE, T. E. Voluntary Corporate Disclosure by Swedish Companies. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 1, n. 2, p. 171–195, 1989.

CORMIER, D.; GORDON, I. M. An examination of social and environmental reporting strategies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 5, p. 587–617, 2001.

CUGANESAN, S.; GUTHRIE, J.; WARD, L. Examining CSR disclosure strategies within the Australian food and beverage industry. **Accounting Forum**, v. 34, n. 3–4, p. 169–183, 2010.

DEEGAN, C. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282–311, ago. 2002.

DHALIWAL, D. S. *et al.* Voluntary nonfinancial disclosure and the cost of equity capital: The initiation of corporate social responsibility reporting. **Accounting Review**, v. 86, n. 1, p. 59–100, 2011.

ENG, L. L.; MAK, Y. T. Corporate governance and voluntary disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 22, n. 4, p. 325–345, jul. 2003.

GAMERSCHLAG, R.; MÖLLER, K.; VERBEETEN, F. Determinants of voluntary CSR disclosure: Empirical evidence from Germany. **Review of Managerial Science**, v. 5, n. 2, p.

233–262, 2011.

GOMES, P. H. V. *et al.* Fatores determinantes do disclosure voluntário sob o enfoque da sustentabilidade: uma análise das empresas dos países do bric. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 70–87, 2015.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47–77, 1995.

GRI, G. R. I. Diretrizes para Relato de Sustentabilidade - G4. **G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade**, p. 96, 2015.

HADDOCK, J. Consumer influence on internet-based corporate communication of environmental activities: the UK food sector. **British Food Journal**, v. 107, n. 10, p. 792–805, 2005.

HERRERA RODRÍGUEZ, E. E.; MACAGNAN, C. B. Revelación de informaciones sobre capital estructural organizativo de los bancos en Brasil y España. **Contaduría y Administración**, v. 61, n. 1, p. 4–25, 2016.

HEYDER, M.; THEUVSEN, L. Determinants and Effects of Corporate Social Responsibility in German Agribusiness: A PLS Model. **Agribusiness**, v. 28, n. 4, p. 400–420, set. 2012.

HOOGHMSTRA, R. Corporate communication and impression management—new perspectives why companies engage in corporate social reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 28, n. 1/2, p. 55–68, 2000.

IBASE. **Balço Social - IBASE**. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/balanco-social/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

IIRC. **International Integrated Reporting Council (IIRC)**. Disponível em: <<http://integratedreporting.org>>.

INGENBLEEK, P. T. M.; DENTONI, D. Learning from stakeholder pressure and embeddedness: The roles of absorptive capacity in the corporate social responsibility of Dutch agribusinesses. **Sustainability (Switzerland)**, v. 8, n. 10, 2016.

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 3–4, p. 271–284, 2006.

LAKSMI, A. C.; KAMILA, Z. THE EFFECT OF GOOD CORPORATE GOVERNANCE AND EARNINGS MANAGEMENT TO CORPORATE Ayu Chairina Laksmi , Universitas Islam Indonesia. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 22, n. 1, p. 1–16, 2018.

LUHMANN, H.; THEUVSEN, L. Corporate Social Responsibility in Agribusiness: Literature Review and Future Research Directions. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 29, n. 4, p. 673–696, 2016.

MASCENA, K.; FISCHMANN, A.; BOAVENTURA, J. Stakeholder Prioritization in Brazilian Companies Disclosing GRI Reports. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 1, p. 17–32, 1 jan. 2018.

MICHELON, G.; PILONATO, S.; RICCERI, F. CSR reporting practices and the quality of

- disclosure: An empirical analysis. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 33, p. 59–78, 2015.
- MURCIA, F. D. *et al.* Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. **ConTexto**, v. 10, n. 17, p. 7–18, 2010.
- MURCIA, F. D.; SANTOS, A. DOS. Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário das Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72–95, 2009.
- OLIVEIRA, M. DE A. S. *et al.* Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, v. 24, n. 2, p. 392–404, 2014.
- PATTEN, D. M.; ZHAO, N. Standalone CSR reporting by U.S. retail companies. **Accounting Forum**, v. 38, p. 132–144, 2014.
- POETZ, K.; HAAS, R.; BALZAROVA, M. Emerging strategic corporate social responsibility partnership initiatives in agribusiness: the case of the sustainable agriculture initiative. **Journal on Chain and Network Science**, v. 12, n. 2, p. 151–165, 2012.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.